

**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFAAT
CURSO DE PSICOLOGIA**

RAFAELLA EDUARDA CABRAL BUENO

ADOÇÃO: COMPROMISSOS SOCIAIS E AFETIVOS

**ATIBAIA-SP
2020**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFAAT
CURSO DE PSICOLOGIA**

RAFAELLA EDUARDA CABRAL BUENO

ADOÇÃO: COMPROMISSOS SOCIAIS E AFETIVOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Psicologia, do Centro Universitário UNIFAAT, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Psicologia, sob orientação do Professor Dr. Geraldo A. Fiamenghi Júnior.

**ATIBAIA-SP
2020**

Bueno, Rafaella Eduarda Cabral

B944a Adoção: compromissos sociais e afetivos. / Rafaella Eduarda Cabral

Bueno, - 2020.

25 f.; 30 cm.

Orientação: Geraldo Antônio Fiamenghi Júnior

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Centro Universitário UNIFAAT, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia da Faculdades Atibaia, 2020.

1. Criança 2. Condutas antissociais 3. Esperança 4. Necessidades 5. Ambiente I. Bueno, Rafaella Eduarda Cabral II. Fiamenghi Júnior, Geraldo Antônio III. Título

CDD 150.195

Ficha elaborada por Aline de Freitas - CRB8 8860

RAFAELLA EDUARDA CABRAL BUENO
ADOÇÃO: COMPROMISSOS SOCIAIS E AFETIVOS

TERMO DE APROVAÇÃO

Trabalho apresentado como exigência para conclusão do Curso de Psicologia, avaliado pelo professor orientador responsável, Dr. Geraldo Antônio Fiamenghi Júnior, que após análise, considerou o trabalho aprovado, com conceito 10,0 (dez).

Atibaia, 01 de dezembro de 2020.



Prof. Dr. Geraldo Antônio Fiamenghi Júnior

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me proporcionou a oportunidade de realizar este curso, sem Ele eu não conseguiria.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram, me ensinaram o caminho certo e me incentivaram a dar o meu melhor em tudo que eu me propor a fazer.

As minhas irmãs, que sempre estiveram ao meu lado, demonstrando amor e paciência.

A todos os professores que dedicaram seu tempo a ensinar. Grata a cada um que trouxe conhecimentos necessários para que eu pudesse me tornar uma psicóloga.

Por fim, agradeço ao meu orientador Geraldo A. Fiamenghi Jr, pela dedicação e paciência, por suas magníficas supervisões, que muito acrescentaram em minha formação, terá minha eterna admiração.

BUENO, R. E. C. **Adoção: compromissos sociais e afetivos.** Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Curso de Psicologia, Centro Universitário UNIFAAT, Atibaia, 2020, 25 p.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo compreender possíveis condutas antissociais de crianças adotadas. Foi realizado um estudo teórico, a partir de uma pesquisa bibliográfica com enfoque na psicanálise. Pode-se observar que, ao passarem por relações afetivas desfavoráveis, as crianças têm medo de se vincular, por entender que essa vinculação possa ser ameaçadora. A criança que não tem apego seguro com uma pessoa importante em sua vida ficará muito preocupada em perder a pessoa, ou coisa à qual está conectada no momento. Portanto, quando há tendências antissociais, as crianças têm a esperança de encontrar no ambiente, pessoas que possam retornar ao que se consideram perdido: atenção, sensação de segurança e cuidado. Conseqüentemente, começam a testar o ambiente, o que causa desconforto e exige que os adultos atuem. À vista disso, os adultos devem atender às necessidades da criança, proporcionando-lhe um amadurecimento satisfatório.

Palavras-Chave: criança; condutas antissociais; esperança; necessidades; ambiente.

BUENO, R. E. C. **Adoption: affective and social commitments**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Curso de Psicologia, Centro Universitário UNIFAAT, Atibaia, 2020, 25 p.

ABSTRACT

This work aimed to understand possible antisocial behavior of adopted children. A theoretical study, from a literature review with a psychoanalytical viewpoint was conducted. It could be observed that when living in disadvantageous affective relations, children are afraid of attachment, because they understand that those relations might be threatening. The child whose safe attachment with an important person in his/her life is nonexistent, will be very worried about losing that person, or anything he/she is connected at a given moment. Consequently, when there are antisocial tendencies, children hope to find in the environment people that may return to those things they thought lost: attention, sensation of security and care. As such, they start testing the environment, causing discomfort and demanding adults' action. On that perspective, adults must attend to the child's needs, allowing for a satisfactory development.

Keywords: child; antisocial behavior; hope; needs; environment.

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
1. INTRODUÇÃO	9
I. ABRIGOS	9
II. ATITUDE ANTISSOCIAL	13
2. OBJETIVO	16
3. MÉTODO	17
4. DISCUSSÃO	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

I. ABRIGOS

A adoção está presente no Brasil desde o período colonial, relacionada com caridade, aqueles que detinham mais poder socioeconômico e prestavam assistência aos mais pobres. No entanto, a presença de filhos não biológicos poderia retratar um auxílio ideal de mão de obra gratuita, até mais eficiente que a dos escravos, em virtude aos laços de fidelidade, afeição e reconhecimento construídos na convivência familiar. Há famílias que abandonavam seus filhos como forma de controlar o tamanho da família. O ato de abandonar as crianças também era realizado como opção para aqueles que não desejavam ser uma desonra a família (PEREIRA, OLIVEIRA, 2016).

Ainda no período colonial foi criada a Roda dos Expostos em casas de caridade, nelas eram deixadas as crianças abandonadas pelos pais. As rodas eram feitas de madeira, possuíam um formato circular e uma divisória no meio, e se instalavam nos muros ou janelas das instituições. Do lado externo, ficava a parte da janela aberta para colocar a criança e ao rodar o cilindro para o lado interno dos muros, essas crianças eram acolhidas e cuidadas pela instituição. As Rodas dos Expostos foram um marco importante, pois evitaram que bebês fossem abandonados nas ruas e nas portas das igrejas por mães que buscavam ocultar a desonra de gerar um filho ilegítimo, impediram o infanticídio e o aborto, visto que a construção desta Roda garantia o anonimato do responsável pelo abandono (RIZZINI, RIZZINI, 2016). A Roda chegou a ser usada como um depósito de bebês doentes e mortos (CAGNANI, 2016).

No Brasil, a primeira roda instalada foi na Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Nas Santas Casas eram contratadas amas-de-leite e estas tinham a responsabilidade de amamentar os lactantes, algumas amas-de-leite criavam os bebês em suas casas. A prática das Rodas resultava em uma grande incidência de mortalidade infantil, devido ao fato de estarem localizadas em locais pouco arejados, com higiene precária, sem o carinho materno e os cuidados necessários para a sobrevivência (MARCILIO, 1998).

Entre os séculos XIX e XX começou a construção de creches e asilos, diferentemente das Rodas de Expostos que garantia o anonimato das mães, a partir desta construção as mães que pretendiam abandonar seus filhos passaram a ser identificadas (CAGNANI, 2016). O século XX foi marcado por um aumento populacional, presença de doenças endêmicas, elevada

taxa de mortalidade infantil e delinquência juvenil. O país colocou como prioridade as próximas gerações somente no final da Primeira Guerra Mundial (PEREIRA, OLIVEIRA, 2016).

Em 1940 foi criado o Departamento Nacional da Criança, órgão responsável pela proteção à maternidade, à infância e à adolescência. A partir disso, foi possível expandir hospitais infantis, maternidades, escolas maternas e jardins de infância. Em 1941, ocorreu a criação do SAM (Serviço de Assistência ao Menor), que acolhia crianças e adolescentes carentes e infratores. Em 1964, foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM); para esse órgão a criança e o adolescente deviam ser tratados como casos de segurança nacional para isso era necessário dar assistência aos menores (PEREIRA, OLIVEIRA, 2016)

Em 1988, a nova Constituição Federal foi relevante para a garantia dos direitos básicos. Em 1990, ocorreu importante avanço na garantia dos direitos da criança e do adolescente, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, que apresentou uma reformulação legal de políticas públicas no país (CAGNANI, 2016).

A partir do artigo 101, § 1^o do ECA, é possível visualizar que o acolhimento institucional de crianças e adolescentes passou a ser caracterizado como uma medida de proteção. O artigo 92, seção I, capítulo II da mesma lei prevê:

As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios: I – preservação dos vínculos familiares; II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; III – atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; V – não desmembramento de grupos de irmãos; VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII – participação na vida da comunidade local; VIII – preparação gradativa para o desligamento; IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo (BRASIL, 1990)

A Nova Lei Nacional da Adoção (2009), em seu artigo 92, atribui-lhes os deveres de preservação dos vínculos familiares e de integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem (BRASIL, 2009).

De acordo com o ECA, a criança e o adolescente devem ser abrigados em caráter provisório e excepcional somente quando as possibilidades de manutenção em sua família de origem, extensa ou comunidade forem esgotadas. O abrigamento permanente entra como recurso quando há grave risco à integridade física e/ou psicológica desses indivíduos (BRASIL, 1990). Portanto, deve-se considerar a criança e o adolescente como seres humanos, que têm

direitos e desejos, sendo imprescindível proteger e garantir os direitos fundamentais pertinentes à pessoa humana e a um desenvolvimento físico, social, moral e mental, estabelecendo o direito à vida, a saúde, dignidade, ao lazer a cultura. Caso perca o caráter temporário, a instituição passa a participar da construção da identidade, da autoestima e da aquisição de competências cognitivas e sociais dos abrigados (ALVARENGA, BITTENCOURT, 2013).

Segundo Rizzini e Rizzini (2016) as crianças e adolescentes chegam às instituições de diferentes maneiras, podendo ser levados por suas próprias famílias, quando se encontram sem condições de prover os cuidados necessários, encaminhados pelo Juizado da Infância e Juventude, em casos de violência ou privação liberdade, através de agentes que realizam recolhimento forçado de crianças e adolescentes encontrados nas ruas, encaminhados pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), quando há violência doméstica, abuso e exploração sexual e encaminhados pelo Conselho Tutelar. Comumente, os funcionários passam a desempenhar a função de cuidadores, o que requer deles uma profissionalização na área e capacitações constantes, para poder desenvolver um trabalho adequado para as crianças e os adolescentes, no entanto, isso não ocorre muitas vezes, levando a instituição há uma alta rotatividade de funcionários (SILVA, 2004). Outra questão significativa refere-se às transferências de um abrigo para outro, os motivos podem ser variados, o mais comum é o pedido das assistentes sociais por razões disciplinares (ALTOÉ, SILVA, PINHEIRO, 2011).

Muitas vezes crianças e adolescentes foram vítimas de violência, abandono, negligências e abusos, o que compromete sua autoestima, assim como traz dificuldades na afirmação de sua identidade. As próprias instituições de acolhimento levam os abrigados a essas dificuldades, como o dormitório padronizado e as roupas. O objetivo da instituição é a homogeneidade espacial e grupal. Embora as crianças e os adolescentes estejam temporariamente afastados de suas famílias, a estadia na instituição deve ser a menos agressiva possível. O abrigamento não oferece o devido atendimento às crianças e também não oferece um acolhimento emocional e ambiente propiciador, onde as crianças possam construir vínculos para buscar perspectivas de vida. Os abrigados devem ter atividades cotidianas o mais próximo possível da normalidade, por exemplo: brincadeiras típicas da idade, brinquedos e livros acessíveis e espaço para recreação ao ar livre (SILVA, 2004).

O brincar facilita o crescimento e, portanto, a saúde, conduz aos relacionamentos grupais, sendo uma experiência criativa na continuidade espaço-tempo, é uma forma básica de viver (WINNICOTT, 1975). As brincadeiras podem ser terapêuticas para as crianças, elas

proporcionam um meio para liberar a tensão e o estresse encontrados no ambiente. A partir do brincar as crianças são capazes de se comunicar e demonstrar suas necessidades, temores e desejos que elas não conseguem exprimir através da linguagem (MARQUES, CANO, VENDRUSCOLO, 2007).

II. ATITUDE ANTISSOCIAL

Nos primeiros anos de vida, a criança necessita que alguém cuide dela em suas necessidades básicas, visto que o cuidador é responsável pelo estabelecimento na criança da confiança e da segurança para explorar e apreender o mundo. O cuidador também é o mediador de muitos comportamentos que a criança desenvolve, regula sua atenção, cognição, linguagem, emoções, entre outros. A criança que é privada dessa relação, desenvolve angústia, exagerada necessidade de amor e fortes sentimentos de vingança. Comumente, os abrigados não têm essa pessoa significativa para seu desenvolvimento, resultando em possíveis prejuízos futuros, como distúrbios emocionais e problemas de conduta, algumas crianças e adolescentes manifestam resiliência frente aos fatores estressores (BARROS, FIAMENGHI-JR, 2006).

Sentimentos de medo, desamparo e insegurança são comuns nas crianças quando chegam à instituição de acolhimento, isto ocorre pela falta de compreensão das crianças aos motivos que a levaram a parar ali e tendem a atribuir esse acontecimento a uma vontade ou decisão arbitrárias de alguém. Outras vezes, a criança se responsabiliza pela sua condição, assumindo a culpabilização. Uma das principais preocupações da criança abrigada é reencontrar seus pais ou encontrar uma família que a adote (PARREIRA, JUSTO, 2005).

Dolto (2006, apud MAGGI, 2009) ao reportar-se sobre a adoção, diz que o ser humano não é redutível a seus vínculos biológicos. Além disso, a autora ressalta que é na cultura e na linguagem que as relações se tornam estruturantes. Portanto, a adoção pode favorecer um suporte familiar de referência para que a criança possa se identificar, constituir a sua subjetividade e ter acesso a uma rede social. Visto que, a criança adotada necessita libertar-se da angústia que viveu ao longo do processo de abandono.

Segundo Tinoco e Franco (2011) tanto as crianças que são separadas temporariamente, quanto aquelas que mantêm contato com suas famílias por meio de visitas, vivenciam uma perda e devem se adaptar à ela, pois a criança que chega ao abrigo passou por uma série de rompimentos anteriores, e se vê tendo que adaptar-se a uma nova separação, às novas pessoas e a um novo lugar.

Quando há uma ruptura no laço familiar, e as autoridades precisam intervir, buscando uma família substituta, pode existir um apego emocional ou uma desconfiança ao desconhecido. A adoção lida com diversos fatores, o desejo de ter um filho, as singularidades de cada indivíduo. Em algumas crianças abrigadas, é possível perceber o desejo de ser adotada, ao

mesmo tempo em que possuem uma fantasia da família idealizada, esforçando-se para preservar uma ideia positiva de seus pais. Desse modo, podem ser reservados perante seus pais adotivos, na intenção de resguardar os vínculos com sua história de origem, ou pelo medo de não serem aceitos pela essa nova família (ALVARENGA, BITTENCOURT, 2013).

Winnicott, pediatra e psicanalista britânico, estudou a tendência antissocial. Seus estudos foram feitos a partir da experiência prática no alojamento de crianças evacuadas na Segunda Guerra Mundial, quando foi consultor psiquiátrico em albergues responsáveis por cuidar de crianças ‘difíceis’. Na ocasião, descobriu que as crianças que revelavam grandes dificuldades diante da situação de evacuação já eram provenientes de lares desajustados e que o fracasso no alojamento dessas crianças indicava uma situação degenerativa que se desdobrava em atos antissociais.

De acordo com a teoria do amadurecimento de Winnicott, a separação do bebê nos estágios mais primitivos do amadurecimento pode ocasionar significativas marcas em sua vida, levando a um comprometimento de seu desenvolvimento emocional.

Quanto mais jovem for a criança, menor será sua capacidade para manter viva em si mesma a ideia de uma pessoa; quer dizer, se ela não vir uma pessoa, ou não tiver provas tangíveis de sua existência em x minutos, horas ou dias, essa pessoa está morta para ela (WINNICOTT, 1984/2019, p.11).

Portanto, o bebê não possui maturidade suficiente para vivenciar o luto pela separação, sofrendo danos significativos em seu desenvolvimento. Para Winnicott (1999), o ambiente precisa dar sustentabilidade para que o bebê alcance um certo estágio de maturidade, senão será impossível superar um processo tão complexo. O ideal é que a criança seja criada nos primeiros estágios por sua mãe biológica ou que os pais adotivos assumam os cuidados o mais cedo possível no período inicial.

Primeiro, a adoção é uma coisa boa, e com muita frequência bem-sucedida. Segundo, muitos problemas podem ser evitados se uma criança é informada numa idade bem inicial sobre a adoção, e, reciprocamente, muitos problemas surgem da demora em dar informações. Uma terceira coisa é o valor da estabilidade e continuidade no lar. Está é uma questão que afeta todas as crianças (WINNICOTT, 1997, p.131).

Nos manuais de Psiquiatria, Classificação Internacional de Doenças - CID-10 (OMS, 2007) e DSM-V (APA, 2014), a criança ou adolescente antissocial pode ser diagnosticado como portador de transtorno desafiador e de oposição ou transtorno de conduta, sendo que os critérios para tais diagnósticos se dão a partir da persistência do comportamento agressivo, repetidas tentativas de violação dos direitos básicos dos demais e a não aceitação de normas e regras

apropriadas para a idade. Estes comportamentos geralmente se apresentam tanto no ambiente familiar quanto na escola, provocando sérias dificuldades de relacionamento familiar e fracasso no desempenho escolar.

Vygotsky (1978, apud LUCCIA-RIVABEN e FIAMENGHI-JR, 2014) considera que a aprendizagem começa muito antes da criança iniciar a vida escolar, portanto, cada situação de aprendizagem escolar possui uma história prévia na vida da criança. A falta de estimulação e estrutura familiar pode levar as crianças a desenvolverem dificuldades de aprendizagem. No entanto, de acordo com Luccia- Rivaben e Fiamenghi-Jr (2014) tais resultados podem ser revertidos, caso as condições ambientais sejam modificadas.

Ao considerar os termos psiquiátricos, as diferenças entre normalidade e patologia consistem em verificar se tais comportamentos ocorrem esporadicamente e isoladamente ou se constituem desvios do padrão de comportamento esperado em determinada faixa etária e ambiente cultural (BORDIN, OFFORD, 2000, apud MARIN, 2011).

Para Winnicott (1987/2019), a tendência antissocial não é um diagnóstico, mas um sintoma que pode se manifestar tanto em indivíduos ditos normais ou em psicóticos, seja em crianças, adolescentes ou adultos. A tendência antissocial ocorre de um desapossamento ou privação emocional que a criança sofreu já tinha consciência das falhas ambientais.

A criança teria perdido algo significativo e bom de sua experiência; as coisas iam bem até que ocorria uma mudança ambiental importante, que interromperia o curso do desenvolvimento emocional e comprometeria a capacidade de utilizar a criatividade para se relacionar com o mundo, situação em que a criança, por meio de impulsos inconscientes, usaria como recurso compelir alguém a cuidar dela (...) a criança que apresenta atos antissociais estaria vislumbrando, frente a um novo ambiente, confiabilidade e tolerância suficientes para impedir e reparar a destruição (MARIN, 2011).

Quando o ambiente compreende que a criança deseja comunicar-se por meio do ato antissocial, esta tem grandes possibilidades de cura. Haja vista que é necessário ter a compreensão de que o ato antissocial é uma expressão de esperança (WINNICOTT, 1984/2019). Ainda Winnicott (1982) diz as crianças precisam de um bom lar normal para se identificarem, esse lar deve ser estável, isto é, um ambiente em que ofereça a oportunidade da criança de realizar firmes e naturais progressos no decorrer das fases iniciais do desenvolvimento.

2 OBJETIVO

O objetivo desse estudo foi realizar uma compreensão teórica acerca das condutas antissociais de crianças adotadas.

3 MÉTODO

Foi utilizada a pesquisa qualitativa, que visa observar uma relação dinâmica entre a realidade e os sujeitos. Para maior conhecimento e compreensão com relação ao tema foi realizada uma pesquisa teórica através de uma revisão de literatura nas bases de dados, como Google Acadêmico, SciELO, tendo como enfoque a Psicanálise.

4 DISCUSSÃO

Um projeto de adoção expressa principalmente o desejo de ter um filho, no entanto, também revela as necessidades específicas de cada sujeito e os reflexos de suas histórias, que refletirão a relação que se estabelece com o filho. Porém, algumas crianças asilares, que apresentam o desejo de serem adotadas, idealizam a família ‘perfeita’ e querem conservar uma imagem positiva dos genitores (ALVARENGA, BITTENCOURT, 2013).

Seguindo essa lógica, Winnicott (1975) expõe que a criança passa primeiramente por um modo de relação em que o objeto é subjetivo, portanto, passível de ser investido de todas as fantasias, boas e más. “A relação de objeto imatura precisa dar lugar, ao longo do tempo, ao modo de relação chamada uso do objeto, que envolve a colocação do objeto no mundo externo, fora do controle onipotente e integrando os aspectos bons e maus” (WINNICOTT, 1975, p. 121). O sujeito cria o objeto no sentido de descobrir sua própria externalidade, portanto, ele busca a capacidade do objeto de resistir ao ódio gerado pela desilusão. O sentido de realidade externa e de fazer parte dela será dado como uma conquista, ao longo do processo de amadurecimento. O próprio sentimento de ser real corresponde a uma conquista: ser real é mais do que existir, é descobrir um modo de existência, relacionar-se aos objetos como si mesmo e ter um self (WINNICOTT, 1975).

A importância do ambiente no desenvolvimento da criança é notória na vinculação afetiva, com isso é possível que as crianças explorem o mundo com confiança e segurança. Vários autores apontam que uma criança que não tem apego seguro com uma pessoa importante em sua vida ficará muito preocupada em perder a pessoa ou coisa a qual está conectada no momento (BARROS, FIAMENGGHI-JR, 2006). Para as crianças, a falta de confiabilidade ou a perda de itens pode significar a perda da área de jogo e a perda de símbolos importantes (MAGGI, 2009). Lembrando que, se a criança não consegue construir o apego seguro e não tem uma figura importante disponível, provavelmente passará a apresentar falhas ou ausências no seu desenvolvimento independente da sua condição de ser adotada ou não.

Para Winnicott (1983, apud ALVARENGA, BITTENCOURT, 2013), um ambiente bom o suficiente pode ser definido como a capacidade dos cuidadores em proporcionar segurança e autocontrole diante de possíveis crises e provações que a família possa enfrentar, e mesmo assim, possam permanecer estáveis. Pais adotivos encontram dificuldades ao tentarem estabelecer vinculação com a criança e adolescente, pois existe a dificuldade para lidar com o

diferente, suportar frustrações, falta de vinculação, além de excesso de agressividade (ALVARENGA, BITTENCOURT, 2013).

De acordo com Winnicott (1975) a mãe suficientemente boa exige que os cuidadores se concentrem permanentemente na possibilidade de enfrentar decepções e perdas. Em relação à perda na primeira infância, como morte ou longa separação dos pais, pode significar perda de espontaneidade e capacidade de brincar da criança.

O ser humano já nasce com uma tendência ao desenvolvimento, pelo qual consegue ter sucesso num ambiente facilitador, primeiramente esse ambiente é representado pela mãe, depois pelo pai e outros membros da família. Para cada estágio do crescimento da criança há necessidades específicas que precisam ser atendidas no ambiente familiar, visto que esse ambiente aceitável presume o tempo, de forma que a criança receba ajuda de alguém que se adapte de modo muito sensível, enquanto adquire a capacidade de usar a fantasia, acessar a realidade interna, o sonho, o brinquedo (WINNICOTT, 1999).

A partir do momento em que a família, principalmente a mãe, não consegue fornecer os cuidados e o afeto necessários àquela criança, pode ocorrer a privação, situação que pode fazer com que a criança perca a capacidade afetiva, tornando-se desprezível e sinalizando a tendência antissocial. Dessa forma, começa a ficar claro que a criança está perdendo algo significativo e bom para o seu desenvolvimento, as mudanças ambientais comprometem a capacidade da criança de desenvolver-se emocionalmente e utilizar a criatividade para se relacionar com o mundo (MARIN, 2011).

Portanto, é compreensível que para os indivíduos que apresentam tendências antissociais, seja na etiologia ou no tratamento, o ambiente seja de fundamental importância, pois as crianças que apresentam comportamentos antissociais avistam no novo ambiente confiabilidade e tolerância suficientes para prevenir e reparar danos; em outros termos, as atitudes antissociais demonstram que o sujeito deseja que aquele objeto seja preservado, de modo que, ao busca-lo esteja disponível (WINNICOTT, 1987/2019).

Cada sintoma de tendência antissocial tem um significado diferente, mas todos esses sintomas se referem ao valor de seu desconforto, que muitas vezes é usado por crianças, e a motivação é inconsciente. A mentira infantil, por exemplo, não indica um prognóstico de mau caráter, mas uma vinculação a estímulos inconscientes. Os adolescentes costumam mentir e omitir informações, para conseguir o que desejam junto aos seus pais, ou quando desejam que

estes não saibam sobre determinados assuntos, visando preservar a própria intimidade e conquistar autonomia. No entanto, quando a mentira passa a ser usada com muita frequência, pode-se tornar um sintoma da tendência antissocial, podendo até mesmo passar para um ato compulsivo (MARIN, 2011).

Winnicott (1987/2019), descreve as razões que levam as crianças a mentirem:

Uma criança não pode dar a razão real, porque a ignora e o resultado poderá ser que, em vez de sentir uma culpa quase insuportável, em consequência de ser mal compreendida e censurada, sua pessoa se divide em duas partes, uma terrivelmente severa e outra possuída por impulsos maléficos. A criança, então, deixa de sentir-se culpada, mas em vez disso, transforma-se no que as pessoas chamarão de mentirosa (p.198).

Frequentemente o termo antissocial é associado a maus comportamentos, principalmente a mentira, o roubo e o furto. A criança que pratica os furtos não está à procura de um objeto em si, mas a mãe, sobre a qual sente que tem direitos. Esses direitos estarão relacionados ao desempenho das principais funções maternas. As necessidades da criança estão intimamente relacionadas ao *holding* e os cuidados maternos do bebê, pois a criança afirma que o roubo se deve à disponibilidade da mãe e a sintonia desta com o bebê na forma de um adoecimento sadio (MARIN, 2011). Isto é, o roubo indica ao ambiente que a mãe fracassou, não atendeu às necessidades do bebê, até o momento em que ele tenha maturidade suficiente para manter introjetada a figura materna, que o fizesse suportar as esperadas falhas ambientais.

Segundo Winnicott (1987/2019) antes da criança apresentar sinais de que necessita de ganhos secundários, como roubar e mentir, vivencia algumas coisas na seguinte ordem:

- (a) as coisas corriam bastante bem para a criança;
- (b) alguma coisa perturbou essa situação;
- (c) a criança foi exigida além de sua capacidade (as defesas do ego desmoronaram);
- (d) a criança reorganizou-se com base em um novo modelo de defesa do ego, inferior em qualidade;
- (e) a criança começa a ter esperanças de novo e organiza atos antissociais na esperança de compelir a sociedade a retroceder com ela para a posição em que as coisas deram errado, e a reconhecer esse fato;
- (f) se isso fosse feito (seja por um período de complacência ou diretamente numa entrevista psiquiátrica), então a criança pode retornar ao período que antecedeu o momento de privação e redescobrir o objeto bom e o bom ambiente humano controlador que, por existir originalmente, tornou-a capaz de experimentar impulsos, inclusive destrutivos (WINNICOTT, 1987/2019, p. 124).

A criança que tem um bom ambiente inicialmente e perde repentinamente esse ambiente, pode vivenciar situação traumática. “A perda de algo bom que foi positivo na experiência da criança até uma certa data, e que foi retirado; a retirada estendeu-se por um

período maior do que aquele em que a criança pode manter viva a lembrança da experiência” (WINNICOTT, 1987/2019, p.131). O trauma implica uma quebra da fé, a criança construiu uma capacidade de acreditar, no início o ambiente se ajusta a ela, mas depois fracassa.

Uma criança vítima de privação está doente, e será simplismo imaginar que um reajustamento ambiental provocará uma reviravolta na criança que deixará de ser doente para ser saudável. Na melhor das hipóteses, a criança poderá se beneficiar com o simples provimento de um ambiente começará a melhorar e, quando passar de doente a menos doente tornar-se-á cada vez mais capaz de enfurecer-se com as privações passadas. O ódio ao mundo está em algum lugar, e enquanto esse ódio não for sentido não poderá haver saúde (WINNICOTT, 1987/2019, p.198).

As vivências de crianças institucionalizadas vão além do afastamento familiar, incluindo o afastamento de tudo o que era conhecido para ela, como, brinquedos, comidas, hábitos, escolas, amigos, lugares conhecidos, portanto trata-se de muitos rompimentos, que requerem a elaboração de vários lutos. Ao perder aquilo que era conhecido e ver a necessidade de se ajustar à nova situação em que se encontra, a criança passa por uma reestruturação emocional, que irá processar-se por meio do processo de luto. Se vivenciado de forma adequada, o luto fará parte de sua compreensão do que aconteceu consigo, a reorganização e construção de novos significados e formação de novos vínculos (TINOCO, FRANCO, 2011). Portanto, no processo de elaboração de suas rupturas, é necessário que haja pessoas que as considerem como um ser desejante, é necessário que essa criança encontre em adultos ao seu redor um bom vínculo, para que assim consiga formar novos vínculos, que promoverão uma segurança à essa criança.

Winnicott (1987/2019) compreende que o tratamento para a tendência antissocial não deve ser a psicanálise, mas o manejo do ambiente. Se esse tratamento apoiar a assistência ambiental especializada, às vezes pode ser fácil tratar as tendências antissociais. Winnicott, relata sua intervenção com a mãe de um menino que apresentava compulsão para roubar, em casa e em lojas. A primeira intervenção que Winnicott fez foi explicar a ela o significado do furto, depois sugeriu que conversasse com o filho e dissesse que sabia que ao roubar, ele não estava querendo coisas, mas queixando-se dos pais, por se sentir privado do amor e atenção que tem direito. Após, a conversa com o filho os furtos cessaram, dessa forma, a mãe conseguiu compreender o sofrimento de seu filho.

O manejo refere-se a uma intervenção no *setting* (enquadre) e/ou no dia-a-dia do paciente, considerando suas necessidades, sua história e o ambiente cultural, objetivando promover o desenvolvimento psíquico. Por intermédio desta técnica, continua o autor, torna-se possível o exercício das diversas funções ambientais fundamentais para a constituição do self: *holding* (sustentação), *handling* (manipulação), apresentação de objeto e outras (BARRETO, 1997, apud MARIN, 2011).

Portanto, quando há tendências antissociais, as crianças têm a esperança de encontrar no ambiente pessoas que possam retornar ao que se considera perdido: atenção, sensação de segurança e cuidado. Conseqüentemente, começa a testar o ambiente, o que causa desconforto e exige que os adultos sobrevivam. Da mesma forma, na psicoterapia, o paciente coloca o terapeuta nessa posição e espera que ele reconheça seus gestos, suporte o desconforto, sem retaliação ou vingança.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho possibilitou uma compreensão teórica acerca das condutas antissociais de crianças adotadas. Com base nas informações coletadas neste estudo, pode-se concluir que a adoção é tida como uma condição ideal; no entanto, é indispensável que a criança tenha uma convivência familiar adequada. Apesar de não poder responsabilizar unicamente o ambiente pela saúde psíquica de uma criança, é ele que propicia a ocorrência do amadurecimento de forma satisfatória, que deve adaptar-se à criança de acordo com as suas necessidades.

Os pais adotivos devem estar preparados para lidar com a criança, que provavelmente passou por algumas situações desagradáveis. A criança também deve ser capaz de aproveitar o que lhe é proporcionado pelo novo ambiente, no qual está inserida. Para que isso ocorra, a criança precisa ter experimentado uma vida familiar suficientemente boa durante seus primeiros anos de vida, para ter condições de resgatar aquilo que teve e que posteriormente lhe foi retirado. A partir da pesquisa ficou claro que as crianças que praticam atitudes antissociais, comunicam uma necessidade de amor e cuidado.

A criança que sofreu privação torna-se sem esperança, apenas quando encontrar um novo ambiente confiável desfrutará da esperança novamente e, caso não encontre o ambiente desejado, comunicará isso a partir do comportamento antissocial. Portanto, as ações das crianças devem ser entendidas como uma ajuda ao meio ambiente para que reconheça seu fracasso, do contrário, é provável que caia na delinquência, principalmente se tal comportamento estiver relacionado a ganhos secundários.

Dentro do que fora proposto, numa perspectiva geral, pode-se considerar que este estudo atendeu seus objetivos. No entanto, reconhece-se a necessidade de mais estudos e pesquisas, visando uma pesquisa prática, visto que esse trabalho teve apenas a concepção teórica do assunto.

REFERÊNCIAS

ALTOÉ, S.; SILVA, M.; PINHEIRO, B. S. A inconstância dos laços afetivos na vida das crianças e adolescentes abrigados. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 11, n. 21, p.109-122, jun. 2011.

ALVARENGA, L.; BITTENCOURT, M. A delicada construção de um vínculo de filiação: o papel do psicólogo em processos de adoção. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p.41-53, jul. 2013.

APA (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION). **DSM-5**: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARROS, R.; FIAMENGHI-JR, G.A. Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 1267-1276, 2007.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, Versão atualizada, 7ª ed. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm
Acesso em: 12/03/2020.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de junho de 1990. Brasília, DF, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm
Acesso em: 12/03/2020.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.010, 3 de agosto de 2009**. Dispõe sobre a adoção. Altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm Acesso em: 12/03/2020.

CAGNANI, L. **O trabalho do psicólogo no abrigo institucional**. 1º edição. São Paulo: Zagodoni, 2016.

LUCCIA-RIVABEN, M.; FIAMENGHI-JR, G. Comparação do nível intelectual entre crianças institucionalizadas e não institucionalizadas: um estudo piloto. **Encontro: Revista de Psicologia**, v. 17, n. 26, p. 157-164, 2014.

- MAGGI, N. A criança em situações de adoção e a clínica psicanalítica: o registro identificatório e os recursos no processo de simbolização. **Estudos de Psicanálise**, n. 32, p. 141-146, 2009.
- MARCÍLIO, M. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MARIN, L. **A tendência antissocial em meninas: aspectos do funcionamento psíquico e do tratamento em instituição de saúde mental**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2011.
- MARQUES, C.; CANO, M.; VENDRUSCOLO, T. A percepção dos cuidadores sociais de crianças em abrigos em relação ao processo do cuidar. **Serviço Social & Realidade**, v. 16, n. 2, p. 22-41, 2010.
- OMS (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE). **CID-10: Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à saúde**. 10 ed. rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- PARREIRA, S.; JUSTO, J. A criança abrigada: considerações acerca do sentido da filiação. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 2, p. 175-180, 2005.
- PEREIRA, P; OLIVEIRA, M. **Adoção de crianças e adolescentes no Brasil: sua trajetória e suas realidades**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, 2016. 84 p.
- RIZZINI, I; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro/RJ: PUC-Rio, 2004. 88 p.
- SILVA, E. **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília, 2004.
- TINOCO, V; FRANCO, M. O luto em instituições de abrigamento de crianças. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 28, n. 4, p. 427-434, 2011.
- WINNICOTT, D. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- WINNICOTT, D. **A criança e o seu mundo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1982.
- WINNICOTT, D. **Privação e delinquência**. São Paulo: WMF, 1987/2019.
- WINNICOTT, D. **Pensando sobre crianças**. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- WINNICOTT, D. **Tudo começa em casa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.